



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF ULYSSES PARANAÍBA COELHO

**GUERRA DE NARRATIVAS: O ESTUDO DOS EFEITOS DA PROPAGANDA
ADVERSA SOBRE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NO
EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO NÍVEL UNIDADE**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF ULYSSES PARANAÍBA COELHO

**GUERRA DE NARRATIVAS: O ESTUDO DOS EFEITOS DA PROPAGANDA
ADVERSA SOBRE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NO
EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO NÍVEL UNIDADE**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2020**



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Inf ULYSSES PARANAÍBA COELHO

Título: GUERRA DE NARRATIVAS: O ESTUDO DOS EFEITOS DA PROPAGANDA ADVERSA SOBRE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NO EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO NÍVEL UNIDADE

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
_____ ARONES Lima da Rosa - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
_____ Filipe Araújo GOULART - Maj 1º Membro e orientador	
_____ Vitor Silva POLETTO - Cap 2º Membro	

ULYSSES PARANAÍBA COELHO – Cap
Aluno

GUERRA DE NARRATIVAS: O ESTUDO DOS EFEITOS DA PROPAGANDA ADVERSA SOBRE AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM NO EXAME DE SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO NÍVEL UNIDADE

Ulysses Paranaíba Coêlho*

Filipe Araújo Goulart**

RESUMO

O Exército Brasileiro participou, na última década de diversas Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Nesse contexto de não guerra, atuando dentro do território nacional em áreas densamente povoadas e com grande cobertura midiática, cresce de importância os aspectos das dimensões humana e informacional. A grande diferença do Poder Relativo de Combate entre as Forças do Estado e os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) é compensada por ações de propaganda, disseminadas por estes, que acabam por limitar a liberdade de ação da tropa no terreno. Além dos APOP, há outros atores no ambiente operacional, que utilizando-se das técnicas de propaganda, também atuam com a intenção de influenciar as decisões dos líderes militares. Nesse cenário, é fundamental que o Comandante Tático Nível Unidade considere os efeitos da propaganda adversa sobre as operações durante o seu exame de situação. Este trabalho estuda as origens da propaganda, seus efeitos sobre as operações militares com base em exemplos ocorridos em conflitos recentes, e analisa como o método previsto no Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (2020), em uso pelo Exército Brasileiro, pode ser aplicado para aumentar a consciência situacional do comandante acerca da propaganda adversa e prevenir a tropa contra os males que dela advêm.

Palavras-chave: Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Propaganda Adversa, Exame de Situação

ABSTRACT

The Brazilian Army has participated, in the last decade, in several Law and Order Guarantee Operations. In this context of non-war, acting within the national territory in densely populated areas and with great media coverage, aspects of the human and informational dimensions are growing in importance. The great difference in the Relative Power of Combat between the Forces of the States and the Agents that Disturb Public Order (APOP) is compensated by propaganda actions, disseminated by them, that end up limiting the freedom of action of the troops in the field. In addition to the APOP, there are other actors in the operational environment who, using propaganda techniques, also act with the intention of influencing the decisions of military leaders. In this scenario, it is essential that the Unit Level Tactical Commander consider the effects of adverse propaganda on operations during their situation analysis. This paper studies the origins of propaganda, its effects on military operations based on examples from recent conflicts, and analyzes how the method foreseen in the Land Operations Planning and Conduct Process (2020), in use by the Brazilian Army, can be used to increase the commander's situational awareness of adverse propaganda and prevent the troops from the damages that arise from it

Keywords: Law and Order Guarantee Operations, Propaganda, Situation Analysis

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010. Especialista em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2020.

** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Especialista em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2013.

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA

Giddens (2003) define globalização como o fenômeno de intensificação das relações sociais, cujos efeitos geram impactos em questões econômicas, políticas e tecnológicas. Um desses resultados é a surpreendente revolução digital e informacional que, segundo Schwab (2017), transformará fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

Nesse sentido, a relação entre forças armadas e mídias tradicionais, ou não, tem sido drasticamente impactada pela evolução e popularização dos meios de comunicação. Se na Guerra do Vietnã, as notícias do front eram transmitidas no noticiário noturno, e na Guerra do Golfo ao vivo, agora o cidadão comum tem acesso a imagens exclusivas de zonas conflagradas antes mesmo dos órgãos de imprensa: é a chamada Era da Informação.

É válido ressaltar o que o Exército Brasileiro (EB) assinalou, logo no início do Manual de Operações de Informação (Op Info), ao tratar dos conflitos atuais:

É igualmente importante reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do conjunto de atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia, os civis não combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas conflagradas, o público de massa – nacional e internacional – e os dirigentes e líderes em todos os níveis. (BRASIL, 2014, p.2-2).

É, portanto, neste novo ambiente, interconectado, dinâmico e marcado por sucessivas transformações digitais que os soldados de hoje têm atuado. Visacro (2018) ratificou essa perspectiva ao afirmar que “nas guerras pós-industriais, a vitória tem sido alcançada basicamente no ambiente informacional, de acordo com a **percepção da opinião pública acerca dos fatos e pormenores que os cercam**” (VISACRO, 2018, p.127).

Paralelamente a essa transformação informacional, há também uma significativa mudança na origem das ameaças atinentes à Defesa dos países. Naím (2006) apud Woloszyn (2013) afirma que a crise na segurança pública, nas últimas duas décadas, capitaneada por Organizações Criminosas (ORCRIM) internacionais, transformou o sistema internacional de tal modo, que atores não-estatais assumiram papéis antagônicos à ordem institucional interna, e passaram a ser uma preocupação não só da força policial, como também dos órgãos de defesa.

Esse envolvimento militar com a questão da criminalidade se traduz no frequente emprego das Forças Armadas, sobretudo do EB, em Operações de

Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) neste século. O emprego de tropa em missões dessa natureza requer uma atenção especial por parte dos elementos das pequenas frações, pois, como o próprio manual de Op GLO preconiza, além da opinião pública influenciar diretamente o emprego militar, as **operações “têm sido desenvolvidas**, cada vez mais, em ambientes humanizados ou no seu entorno, aumentando a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações **desencadeadas” (BRASIL, 2018, p. 1-1).**

Naturalmente, a preparação da fração, para esse tipo de operação, deve perpassar a três dimensões do ambiente operacional: física, humana e informacional (BRASIL, 2014). Cabe frisar que, na já mencionada Era da Informação, as ameaças, advindas do ambiente informacional, possuem uma alto poder de penetrabilidade entre os militares que operam na dimensão física, na medida em que o poder de combate e liberdade de ação dessas tropas podem ser afetados por uma má preparação contra tais problemas.

Tendo em vista essa evolução nas comunicações, um método, amplamente utilizado no histórico dos conflitos armados vem sendo explorado e potencializado, à medida que os meios de difusão se espalham entre combatentes e não-combatentes no Teatro de Operações; trata-se da propaganda. Nesse sentido, este trabalho levanta a seguinte pergunta: em que medida o estudo das propagandas adversas no exame de situação do comandante tático nível Unidade contribui para o melhor preparo e desempenho da tropa em Operações de Garantia da Lei e da Ordem?

1.2 OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo geral avaliar a importância do estudo da propaganda adversa durante o exame de situação do Comandante no nível Unidade.

Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram elaborados dentro de um encadeamento lógico, para que, de forma descritiva, se chegue ao resultado esperado:

- a) Identificar as principais características que compõem o ambiente operacional dos conflitos modernos, com ênfase na dimensão informacional;
- b) Explicar o conceito de Operações de Garantia da Lei e da Ordem;
- c) Explicar a origem e o conceito de propaganda aplicada às operações militares;

- d) Analisar as fases que compõem o Exame de Situação do Comandante Tático e em qual delas melhor se encaixa o estudo das propagandas adversas;
- e) Analisar qual elemento do EM é o mais indicado para fazer o estudo da propaganda adversa durante o Exame de Situação;
- f) Levantar com especialistas em Op Psc, Op GLO e Op Info, a percepção que eles possuem sobre o estudo da propaganda adversa durante o Exame de Situação;
- g) Concluir sobre possíveis desdobramentos que as propagandas adversas podem ter no planejamento dos comandantes até o nível U, em Op GLO e a melhor forma de se preparar contra elas.

1.4 JUSTIFICATIVAS

Os efeitos da propaganda sobre a opinião pública e a tropa envolvida em uma operação militar são fatos que necessitam de um aprofundamento no âmbito da Doutrina Militar Terrestre (DMT). Taylor (1992), analisa a relação entre a mídia e as Forças de Coalizão na Guerra do Golfo, e destaca o papel impactante que as imagens, apresentadas por meio de técnicas de propaganda, exerciam sobre os próprios soldados norte-americanos. Chomsky (2003), conhecido sociólogo americano, reconhece, também, o poder que uma propaganda exerce sobre a opinião pública, e esta sobre militares em ação; em sua obra **“Os espetaculares feitos da propaganda”**, há passagens, também da Guerra do Golfo, que ilustram essa influência. Em intercessão com o apresentado por Chomsky, Taylor, em outro estudo, no qual analisa os efeitos da opinião pública sobre tropas em combate, afirma que soldados lutam melhor quando eles sabem que seus familiares, amigos e civis dão suporte a suas ações (TAYLOR, 2003).

Collings e Rohozinski (2009) em trabalho intitulado *Bullets and Blogs* analisam casos do emprego da propaganda em conflitos do século atual, e dão destaque para a efetiva campanha efetuada pelo Hezbollah contra as Forças de Defesa de Israel (IDF) no ano de 2006, na qual, apesar da vitória militar israelense na dimensão física, a percepção geral da opinião pública fora toda moldada através da propaganda do grupo libanês, o que fez com que a IDF se retirasse do Líbano. No mesmo trabalho há a exemplificação de um famoso incidente conhecido como Operação Valhalla. Na ocasião, um destacamento de Forças Especiais norte-americano foi retirado de suas atividades por um mês devido a um vídeo de propaganda insurgente, que apresentava a missão como um massacre de muçulmanos inocentes surpreendidos enquanto rezavam. O local da ação, segundo

os militares americanos, fora claramente adulterado para passar a mensagem do produto audiovisual. Dauber (2009), em trabalho que comenta detalhes dessa operação, por sinal bem sucedida, relata que o vídeo já estava em circulação 45 minutos após a ação no objetivo, antes mesmo do destacamento retornar à base. O autor destaca como uma simples filmagem de celular conseguiu neutralizar por 30 dias uma equipe militar altamente capacitada. Nesse sentido, Tomlin (2018), em seu artigo sobre ações táticas nas Operações de Informação, ressalta a importância de uma pronta resposta no ambiente informacional, e a conscientização dos comandantes de pequenas frações sobre esses perigos por parte de seus chefes.

Atualizado com o cenário global, o EB (2015) elencou uma série de Capacidades Militares Terrestres e Operativas que proporcionarão **“a manutenção de um permanente estado de prontidão para o atendimento da demanda de segurança e defesa do país, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem[.]”** (BRASIL, 2015, p.3); no contexto deste trabalho, destaca-se a Superioridade de Informações. Todavia, apesar do manual de Op GLO do Exército Brasileiro (2018) estabelecer, no estudo das ameaças, a capacidade dos Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) de realizarem propagandas contra a tropa, não se encontra disponível, na mesma fonte, para os planejadores, o que se fazer com esse dado, nem tampouco levanta a possibilidade de outras campanhas similares serem conduzidas por atores não enquadrados como APOP.

2. REVISÃO DE LITERATURA

As recentes Op GLO tiveram em comum o fato de terem se desenvolvidas em ambientes edificados. Nesses locais, o aumento da taxa do crescimento urbano desordenado, aliado à incapacidade do Estado de se fazer presente em setores mais necessitados, fortalecem o fomento de organizações criminosas, que frequentemente desafiam o poder público (WOLOSZYN, 2013). Nesse cenário densamente povoado, os efeitos colaterais advindos do poder bélico estão cada vez mais injustificáveis, e, por conseguinte, demandam uma mudança de postura dos efetivos no terreno. Segundo Mendes (2016), ações militares cada vez mais descentralizadas exigirão, dos líderes do futuro, a iniciativa como característica principal em combate. Essa visão é corroborada por Visacro (2018), que destaca o achatamento dos níveis decisório por influência da evolução dos meios de comunicação, e da produção da informação.

Em publicações recentes que tratam sobre as Op Info, e o ambiente operacional no século XXI, é notório o entendimento de que as ações não cinéticas crescem de importância a cada nova contenda (WALKER, 2017). Lins Júnior (2015) ao tratar da propaganda como uma ferramenta para a proteção do Sistema EB, deixa claro a pertinência do assunto para a Força Terrestre. Calhoun e Blythe Jr. (2019) foram enfáticos quando afirmaram que os dias de campanhas militares vitoriosas, apenas pelos métodos de combate tradicionais, acabaram. Correa (2006), por sua vez, ao analisar por qual caminho seguiria o conflito civil que afligia a Colômbia, verificou que, na virada do milênio, a utilização dos meios de comunicação vinha se tornando, progressivamente, uma estratégia de guerra com métodos cada vez mais refinados, e objetivavam não apenas a informação por si só, mas a desinformação, a propaganda e o domínio da narrativa.

Os desafios desse novo contexto para os comandantes até o nível unidade, por vezes, não condizem com o treinamento militar que eles receberam em sua formação, nem em outros momentos de suas vidas castrense. Flor (2010), ao relatar sua experiência como Comandante SU no Afeganistão, comenta que, apesar de sua companhia ter vencido todos os engajamentos cinéticos nos quais se envolveu, seus homens não possuíam a mesma preparação para enfrentar os ataques de uma Operação de Informação. No mesmo trabalho, o militar estadunidense relata que, assim que verificou a importância dos aspectos informacionais no combate, desenvolveu procedimentos táticos atinentes a eles para a sua fração, porém os fez de forma empírica, e afirmou: **“os comandantes operacionais devem proporcionar às suas formações táticas [...] os meios necessários para que elas executem, com coragem e vigor, operações de informações continuadas e precisas no ponto decisivo: a população” (FLOR, 2010, p. 50)**. Essa concepção vai ao encontro de Upchurch (2009), quando este reivindica uma postura mais ativa, por parte dos militares, no ambiente informacional dos conflitos:

“Os militares, especificamente os comandantes no nível tático, devem perceber que moldar a opinião pública envolve o entendimento do espaço de batalha, e inclui o planejamento e a execução de esforços para controlar, ou ao menos influenciar, a Dimensão Informacional (DI). Se os comandantes não planejarem operações de informação ou ações de comunicação social no front, a DI pode ser dominada pelo inimigo, ou pela mídia civil” (UPCHURCH, 2009, p.8, tradução nossa).¹

Na revisão da doutrina pátria, cabe ressaltar alguns conceitos essenciais à pesquisa. Há a propaganda como objeto de estudo da inteligência enxergada como

¹ No original: The military, and specifically commanders at the tactical level, must realize shaping public opinion involves recognition of the battlespace and include planning and execution efforts to control, or at least influence, the GIE domain. If commanders do not plan for IO and PA operations up front, the GIE may be dominated by the enemy or civilian media

uma ameaça à segurança orgânica. Nesse sentido a doutrina afirma que uma das finalidades da contrainteligência é “impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda adversa e terrorismo contra as nossas forças (BRASIL, 2019, p.4-1). O estudo da propaganda adversa também faz parte das atribuições das Operações de Informação e de algumas Capacidades Relacionadas à Informação (CRI). No âmbito da Comunicação Social, o seu Manual de Fundamentos EB20-MF-03.103 coloca como parte componente do primeiro parágrafo do Plano de Com Soc, anexo à Ordem de Operações, a descrição da possibilidade de desinformação, boatos e propaganda por parte do inimigo que possam afetar nossas operações. O mesmo manual coloca como missão da Com Soc: “promover o aumento do poder de combate da F Ter pela prevenção dos erros de entendimento e de percepção dos públicos interno e externo, e pelo fortalecimento do moral, da coesão e do espírito de corpo da tropa” (BRASIL, 2017, p. 2-2). No campo das Operações Psicológicas, o seu recente manual atribui à atividade a missão de motivar públicos-alvo por meio da propaganda e se contrapor ao inimigo por meio da contrapropaganda, e assim a define: “um conjunto de ações implementadas no sentido de prevenir, neutralizar ou minimizar os efeitos da propaganda inimiga, adversa ou oponente sobre o público-alvo” (BRASIL, 2018, p.1-6).

Há, por outro lado, a propaganda como objeto de estudo das Considerações Civis no processo de Exame de Situação. O Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo, Considerações Civis (PITCIC) do Manual de Planejamento e Emprego da Inteligência Militar (BRASIL, 2016) prevê, durante o estudo da população no item das Considerações Civis, o levantamento de grupos ou indivíduos cujas ações, opiniões ou influência política podem afetar a missão. No mesmo sentido vai o Manual do Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (BRASIL, 2020), que aborda de forma completa todo o Exame de Situação do Comandante. Esse manual destaca o papel das dimensões informacional e humana no combate moderno, e ressalta a importância do estudo da população e de grupos que possam influenciar as operações, sobretudo na segunda fase do Processo.

No que tange às Operações GLO, o Manual de Op GLO, no capítulo que trata da avaliação das ameaças, contempla, na análise dos fatores do APOP, **no subitem “considerações civis” do item “peculiaridades e deficiências”**, a verificação de propagandas disseminadas por forças adversas, abordando assim, de forma integrada, a propaganda adversa tanto da perspectiva da Inteligência como das Considerações Civis.

3. METODOLOGIA

O estudo analisou os efeitos que campanhas informativas exercem sobre o desempenho operacional de frações, até o nível Unidade, em operações de garantia da lei e da ordem. Para tanto, fez uma revisão bibliográfica com base em literatura nacional e estrangeira que trate sobre o tema. Sequencialmente, verificou-se com comandantes até o nível Unidade e membros de Estado-Maior (EM) de Batalhões de Infantaria que já participaram de Operações GLO, o que eles consideram como lições aprendidas no que tange a melhor condicionar seus subordinados para os desafios que as guerras de narrativas impõem a esses militares.

Quando se falar em estudo contra propaganda adversa, o parâmetro do estudo será a opinião de militares possuidores do curso de operações psicológicas, que já atuaram na preparação da tropa para aquilo que se **chama de “vacina contra a propaganda adversa”**. Para tanto, serão considerados os participantes das seguintes operações ocorridas nos últimos cinco anos: São Francisco, Capixaba e Furacão.

3.1 INSTRUMENTOS

Para a pesquisa, foram utilizados dois instrumentos essenciais: coleta documental e questionários. O primeiro será baseado na bibliografia encontrada até o momento, essencialmente a composta por teses, dissertações e artigos científicos de revistas especializadas no assunto.

Os questionários foram encaminhados aos oficiais que tiveram participação em alguma das Op GLO elencadas, a fim de verificar a opinião desses militares a respeito do papel da propaganda adversa no planejamento para as Op GLO, bem como se suas ações já foram impactadas direta ou indiretamente por essas ações psicológicas. Também foram enviadas pesquisas para militares possuidores do curso de Operações Psicológicas com o intuito de verificar qual o entendimento os especialistas têm acerca da atenção que a tropa, em geral, tem dado para os aspectos da propaganda adversa nas últimas operações.

4. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

A possibilidade de emprego das Forças Armadas em ações no âmbito da segurança pública já era uma realidade desde a Constituição Imperial de 1824 (ROSA,2019); a novidade, porém, prevista com a promulgação da Carta Magna de 1988, foi o emprego da Força em situações de Garantia da Lei e da Ordem para

manutenção das instituições democráticas. A matéria, todavia, só veio a ser disciplinada e regulamentada, infra constitucionalmente, uma década depois, nos anos de 1999 e 2001, por meio da Lei Complementar 97/99 e do Decreto nº 3.891/2001.

Nesse contexto, o Ministério da Defesa conceitua as Operações de Garantia da Lei e da Ordem como:

“uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem” (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001). (BRASIL, 2014).

O Manual de GLO do Ministério da Defesa destaca, ainda, que tal operação se enquadra em situações de não guerra, ou seja: ocasiões em que a força militar tem seu emprego limitado, no caso em ambiente interno, e o envolvimento no combate de forma decisiva ocorre de forma excepcional (BRASIL,2014). Outra característica marcante dessa situação é o ambiente interagências no qual a Op GLO é conduzida.

O Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército (BRASIL, 2018, p. 194), por sua vez, define Op GLO como sendo operações militares determinadas pelo Presidente da República e conduzidas pelas Forças Armadas de forma episódica, em área e tempo previamente delimitados e estabelecidos, e que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso, previstos no Artigo 144 da CF/88 ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem.

O Manual de Operações do Exército Brasileiro ratifica esse entendimento ao incluir as Op GLO no escopo das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), que segundo o mesmo dispositivo doutrinário assim as classificam:

“São operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2017).

A integração interagências se faz necessária na medida em que o ambiente operacional, extremamente complexo, é composto por um intrincado número de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), ²outros atores políticos, Organizações Não Governamentais, população local e seus representantes e outros interesses que são

² Entende-se como Agente Perturbador da Ordem Pública pessoas ou grupos de pessoas cuja atuação momentaneamente comprometa a preservação da ordem pública ou ameace a incolumidade das pessoas e do patrimônio. (BRASIL, 2014, p. 15)

inerentes, e por vezes, parte dos problemas que levaram ao emprego das Forças Federais.

É, portanto, devido à delicada rede de relacionamentos que compõem o ambiente operacional hodierno nas Op GLO e ao emprego de tropa em um contexto delimitado no espaço e no tempo, cercado por amarras jurídicas e com ampla cobertura midiática, que as ações cinéticas dão espaço às ações não cinéticas, sobretudo no ambiente informacional.

Com efeito, uma má interpretação ou um mau posicionamento nessa dimensão do ambiente operacional pode afetar diretamente a dimensão física, restringindo a liberdade dos comandantes em todos os níveis (BRASIL, 2014). Desta forma, é mister o estudo e a compreensão dos agentes que atuam no campo informacional, bem como de suas possibilidades e limitações, uma vez que segundo Brasil (2018) nas Op GLO, a execução e a avaliação das ações se dão de forma descentralizada. Além do mais, durante o planejamento do componente militar, o emprego da tropa como vetor para informar e influenciar grupos e indivíduos é parte essencial da condução das operações de informação (BRASIL, 2018, p.3-7), como já levantado, fundamentais nesse tipo de operação.

Nesse sentido, conclui-se parcialmente que os militares envolvidos nas Op GLO, além de poderem ser utilizados como difusores de ideias força e ações que corroborem o esforço informacional, estão sujeitos a serem alvos de ações similares não só dos tradicionais APOP, mas de outros vetores interferentes ³que, devido ao caráter difuso das ameaças que são partes dessa “miríade de atores que dificulta a identificação dos contendores e aumenta a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações militares” (BRASIL, 2014, p.2-1).

5. PROPAGANDA

5.1 Origens e definições da propaganda

A palavra “propaganda” vem do latim *propagare*- em português, propagar, difundir- e era empregada, usualmente, na agricultura em termos relacionados ao plantio. No sentido moderno, ela deriva da Igreja Católica, que no ano de 1622, por meio da Bula Papal de Gregório XV *Inscrutabili Divine*, no contexto da Contrarreforma, instituiu a *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*, cujo objetivo era restabelecer o catolicismo na Europa e propagá-lo no mundo novo (TAYLOR, 2003). Isso não significa que seu emprego remonta aquele século; na verdade não se tem um consenso da sua

³ Vetores intervenientes são atores que interferem ou guardam o potencial de interferir significativamente nos fluxos de informação e, assim, podem afetar o encaminhamento da situação-problema, segundo a perspectiva cognitiva da dimensão informacional (BRASIL, 2017, p. 1-8)

origem exata. Taylor (2003) estima que na Era Neolítica já se tinham os rudimentos desse tipo de comunicação.

Quanto a sua definição, há uma série de entendimentos no campo acadêmico. Scriver (2015) coloca em seu trabalho “War Propaganda” que as principais teorias que tratam do tema surgiram no início do século XX, justamente no período em que classes sociais, sindicatos e grupos organizados passaram a fazer pressão no modo com os Estados faziam política. Dentro dessa ideia, o autor descreve que a palavra sofreu uma mudança de conotação ao longo do tempo, passando de um entendimento instrumentalista das relações públicas para uma ideia de ferramenta de manipulação das massas. Berrio Meneses (2012), em um estudo da propaganda no conflito armado colombiano vai ao encontro desse entendimento e faz referência a citação de Pratkanis y Aronson (1994) que definem propaganda como “sugestão ou influência sobre as massas mediante a manipulação de símbolos e da psicologia. A propaganda é a comunicação, cujo objetivo final é o destinatário aceitar voluntariamente a mensagem e tomar uma posição como se fosse sua”.⁴

Berrio Meneses (2012) acrescenta que, na segunda metade do século XX, a conotação da palavra propaganda deixou de se limitar ao campo religioso, político e militar e passou a ser amplamente empregado e mais reconhecido na esfera comercial. Entretanto como ressalta Craveiro (2011):

“No Brasil, a palavra propaganda pode ser traduzida em dois contextos que em inglês são diferenciados entre “propaganda” e “*advertising*”. Embora confundidos e na maioria das vezes relacionados, esses dois conceitos são diferentes e precisam ter suas definições delimitadas. O *advertising*- mais relacionado com a promoção, divulgação, publicidade comercial- está contido na *Propaganda*, uma vez que é uma das suas formas de manifestação. A propaganda, por sua vez, é infinitamente mais ampla do que a atividade do *advertising*” (CRAVEIRO, 2011, pag. 16).

O dicionário da língua portuguesa Michaelis define a palavra como “propagação de doutrinas, ideias, argumentos, informações etc., baseados em dados verdadeiros ou falsos, com o objetivo de persuadir ou influenciar o público em geral ou um grupo de pessoas⁵”.

Na doutrina militar terrestre, por sua vez, e para fins deste trabalho, utilizar-se-á a definição de propaganda segundo o Manual de Contraineligência e o Glossário de Termos do Exército, que compartilham o mesmo texto, qual seja: “difusão de qualquer informação, ideia, doutrina ou apelo especial, visando a gerar emoções, influenciar atitudes e opiniões ou dirigir o comportamento de indivíduos ou grupos, a fim de beneficiar, direta ou indiretamente, quem a promove” (BRASIL, 2019, p. 4-8). Cabe ressaltar que o Glossário ainda contempla o termo *Agitação e Propaganda* e assim o

⁴ Tradução nossa, no original: *sugestión o influencia en las masas mediante la manipulación de los símbolos y la psicología individual. La propaganda es la comunicación de un punto de vista con la finalidad última de que el destinatario de la llamada llegue a aceptar voluntariamente esta posición como si fuese la suya*

⁵ Acessado em <https://michaelis.uol.com.br/> no dia 28 de abril de 2020.

define: “processo que permite à força adversa influir no comportamento de indivíduos e grupos sociais, levando-os a apoiar as suas causas. Esse processo desenvolve-se por meio de pressões, operações psicológicas, greves e distúrbios, sabotagem, resistência passiva e terrorismo” (BRASIL, 2009, p. A-11).

5.2 O uso da propaganda nos conflitos bélicos

Muito embora já se utilizassem formas de persuadir o inimigo ao longo das guerras no curso da história, foi somente a partir do século XX, com o advento das Guerras Industriais, e do envolvimento das grandes massas no cenário político, que a propaganda passou a ser utilizada de forma sistemática na consecução de objetivos políticos e militares (TAYLOR, 2003). Paralelamente, emerge a mídia de massas, ajudando a difundir ideias, ideologias e teorias que passam a instigar guerras e revoluções; nas palavras de Taylor (2003, p. 174) “foi a convergência da guerra total com a mídia de massas que deu à guerra de propagandas seu significado e impacto no século XX”.⁶

A 1ª Guerra Mundial, nesse contexto, foi o evento no qual o uso da propaganda se deu ao longo de todo o conflito, desde as ações empregadas pela Grã-Bretanha, por meio do *British War Propaganda Board* (Casa Wellington), para que os Estados Unidos entrassem na guerra, até a entrada efetiva dos norte-americanos e a criação do *Committee on Public Information (CPI)*, órgão criado para influenciar a opinião pública ao redor do mundo para apoiar a participação americana na Grande Guerra (MURPHY,WHITE, 2007). A disputa de narrativas era tão intensa que se dizia que a batalha pela opinião pública era tão importante como o engajamento dos soldados no front (HEIBERT,2003 apud SCRIVER, 2015).

Figura 1



⁶ Tradução nossa, no original: “it was the convergence of total war, and the mass media that gave modern propaganda its significance and impact in the twentieth century.”

Já na 2ª Guerra Mundial, o uso da propaganda foi intensificado e utilizado não só no campo militar, como também no político. Segundo Murphy e White (2007), Adolf Hitler, em 1925, já tinha observado a importância desse recurso para a vitória nos conflitos armados no seu livro *Minha Luta*. No capítulo 6, chamado *Propaganda de Guerra*, o austríaco, com então 35 anos, atribuiu a derrota germânica na guerra anterior, entre outros fatores, à falta de ações propagandísticas que moldassem as massas e a opinião pública. No poder, o ditador criou o Ministério da Propaganda, que a cargo de Joseph Goebbels “ dominava a pauta da mídia de massa na Alemanha, conseguindo, por meio de filmes, e outras peças de arte, além de discursos efusivos, e a criação da “lenda” de Hitler (*das Führer Prinzip*), convencer a população que o correto a se fazer era invadir outros países da Europa e extinguir a “raça judia”, tudo em nome do princípio- ou slogan- de “*Deutschland über alles*” ” (CRAVEIRO, 2011, p.21).

O período pós 2ª Guerra, marcado por uma forte disputa ideológica, também foi caracterizado pelo intenso uso de propaganda por agentes estatais ou não, na esfera militar, destacam-se as guerras de descolonização da África e Ásia, bem como as subsequentes revoluções que seguiram em muitos desses países. Na Guerra do Vietnã, o emprego de operações de informação- incluindo a propaganda- tanto nos Estados Unidos, como no próprio país asiático influenciaram a moral tanto dos soldados norte-americanos já desdobrados, como daqueles ainda em treinamento na América (TAYLOR,2003).

Outro conflito que merece destaque no estudo da propaganda nas ciências militares foi a Guerra do Golfo, cuja cobertura em tempo real, as lições aprendidas no Vietnã proporcionaram ao componente militar a capacidade de prepararem seus militares e se contraporem às propagandas adversas que tinham como foco as tropas no terreno (TAYLOR, 2003). Na segunda Guerra do Golfo em 2003, por sua vez, se tem relatórios que 9 em cada 10 soldados iraquianos se renderam às forças americanas graças à intensa campanha de guerra psicológica que incluía o lançamento de produtos de operações psicológicas incitando a rendição das tropas iraquianos e um apelo para que conservassem suas vidas (CURTI, 2007 apud MENESES, 2012).

Com a chegada do século XXI e a constante evolução dos meios de comunicação, sobretudo à acessibilidade da internet, o escopo de agentes tentando influenciar e sendo influenciados na dimensão informacional aumentou

⁷ A famosa imagem do Tio Sam estimulando a convocação para a guerra foi obra do desenhista James Montgomery, cujo trabalho estava eixado com o CPI. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/history/how-woodrow-wilsons-propaganda-machine-changed-american-journalism-180963082/>>

exponencialmente. Viscaro (2016, p. 61) afirma que neste período “o recurso à violência como método de propaganda teve suas perspectivas ampliadas...afinal, com a “tecnologia de bolso”, qualquer pessoa leva consigo uma câmera digital”. Essa visão é compartilhada em relatório de 2019, do Centro de Excelência de Comunicações Estratégicas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no qual é feito um extenso apanhado da propaganda que o grupo terrorista ISIS tem feito nas redes sociais antes e após o seu apogeu.⁸

5.3 A propaganda nas Operações de GLO

Nas operações militares de Garantia da Lei e da Ordem, o uso de câmeras a espreita de desvios de conduta dos militares no terreno, com o potencial de se transformarem em propaganda com o intuito de atingir públicos alvos diversos, inclusive a comunidade internacional (VISACRO, 2016), é uma realidade que não deve ser ignorada pelo nível tático, na medida as repercussões de tais ações rapidamente podem atingir o nível político. Nesse sentido, levando em consideração a definição da doutrina militar terrestre para a propaganda já levantada neste capítulo; e tendo no horizonte o caráter negativo que a palavra propaganda adquiriu no último século, o seu manejo, hoje, se faz de forma mais sutil, muita faz vezes camuflada através de uma suposta “informação”, mas da cujo objetivo, permanece o mesmo das velhas táticas utilizadas décadas de 30 e 40 do século XX (CORREA, 2006).

Assim sendo, embora o Manual de Op GLO faça referência ao termo propaganda somente como oriunda de APOP (BRASIL,2019, p. 5-10), deve-se ter em conta que podem ter sua origem pode advir não somente dos referidos agentes, mas como ratifica o Manual de Operações de Informação: de qualquer grupo ou indivíduos cujos objetivos sejam contrários às operações militares (BRASIL, 2014).



Fonte: Brasil 247⁹

⁸ Disponível em <https://www.stratcomcoe.org/daesh-propaganda-and-after-its-collapse>.

⁹ Disponível em: <<https://www.brasil247.com/midia/latuff-critica-fichamento-de-pobres-e-negros-pelo-exercito>>.

6. O EXAME DE SITUAÇÃO

A definição mais recente do Exame de situação conta no manual EB 70-MC-10.211 Processo de Planejamento e condução das Operações terrestres:

“O exame de situação do comandante é o componente do processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da F Ter que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas operações no amplo espectro. É um método cartesiano para a solução de problemas militares, consagrado pelo uso. O seu ponto de partida é o problema militar, definido com máxima clareza e precisão. Consiste na análise dos chamados fatores da decisão, de modo a detalhar as condições de execução das ações para o cumprimento da missão.” (BRASIL, 2020, p.4-35)

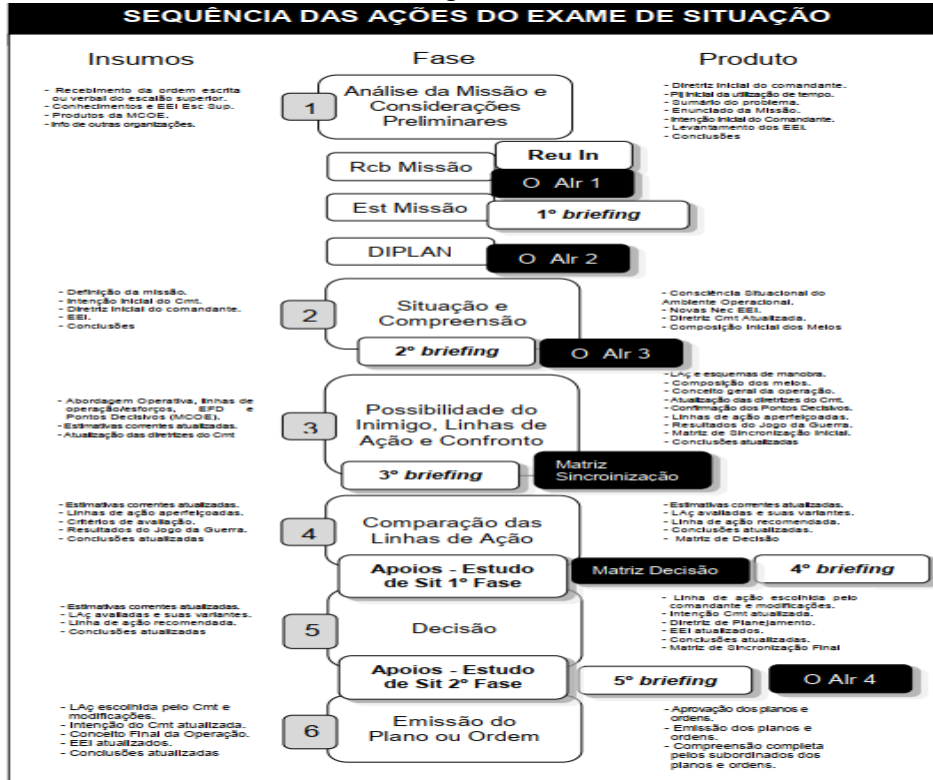
Outro aspecto relevante apresentado no referido manual, é que o ponto de partida, segundo do qual se dá o exame de situação, é o problema militar definido com máxima clareza e precisão (BRASIL,2020). Nesse contexto, vale ressaltar a interatividade do referido método que “proporciona ao tomador de decisão a compreensão da situação, a missão e a solução para um problema militar” (BRASIL, 2020, p.4-35), com base nos fatores de decisão. O manual ainda afirma que o consagrado método “consiste na análise dos chamados fatores da decisão¹⁰, de modo a detalhar as condições de execução das ações para o cumprimento da missão” (BRASIL,2020, p.4-35).

De uma forma geral, o Exame de Situação do comandante tático é composto por seis fases (figura 3), as quais englobam subfases que por sua vez permitem o planejamento paralelo de escalões inferiores¹¹. Em cada fase, o comandante e seu estado-maior tratam as informações que possuem (insumos) e as transformam em produtos (BRASIL,2016), que nada mais são que documentos ou análises que subsidiarão não só o planejamento da fase seguinte, mas do exame de situação como um todo. Essas seis fases estão, sucessivamente, divididas em: análise da missão e considerações preliminares; situação e compreensão; possibilidades do inimigo, linhas de ação e confronto; comparação das linhas de ação; decisão e emissão do plano ou ordem.

¹⁰ Os principais fatores da decisão são: missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis (BRASIL, 2017, p.2-20).

¹¹ O método do Exame de Situação deve ser utilizado por todos os escalões que possuem estado-maior no comando. Para subunidades e escalões inferiores, o EB 70-MC-10.211 prevê o Trabalho de Comando (BRASIL,2020, p.4-5).

Figura 3



Fonte: EB 60-ME-12.401

6.1 Atribuição do estudo da propaganda adversa no Exame de Situação

Antes de analisar em qual fase ou etapa, que compõem o Exame de Situação, cabe o estudo da propaganda adversa, faz-se necessário identificar qual membro do estado-maior no nível unidade é o encarregado desse trabalho.

O manual Estado-Maior e Ordens Vol I, C 101-5, assim define a constituição orgânica de um EM nível unidade:

- “1) subcomandante, que desempenha funções, em geral, similares às do Ch EM. Além disso é o substituto do Cmt;
 - (2) oficial de pessoal, S1, que desempenha as funções de adjunto do Ch EM, de ajudante-secretário e do E1 dos Esc Sp;
 - (3) oficial de inteligência, S2, que exerce, em geral, as mesmas atribuições do E2 dos Esc Sp;
 - (4) oficial de operações e instrução, S3, que desempenha, normalmente, as mesmas atribuições do E3, além de certas funções operacionais de oficiais de EM especial, que podem deixar de existir no EM de escalões menores;
 - (5) oficial de logística, S4, que exerce em geral as mesmas atribuições do E4 dos escalões superiores e as funções de fiscal administrativo;
 - (6) oficial de comunicação social e assuntos civis, S5, quando previsto em quadro da organização, exerce funções equivalentes às do E5 dos Esc Sp.
- Quando não existir a 5ª seção, o Cmt pode designar um oficial como o responsável por tais funções” (BRASIL,2003, p.4-34).

Podem ainda compor o EM, como elementos de ligação e assessoramento oficiais de: munições, comunicações e eletrônica, manutenção e transporte, defesa química biológica e nuclear, comunicação social, médico, ligação aérea, controlador aéreo avançado e guerra eletrônica.

Feito tal esclarecimento, é preciso entender a propaganda adversa por meio de duas perspectivas, que por vezes podem ser dissociadas e por outras não, mas que, a

priori, são analisadas separadamente. A primeira é a propaganda como produto de organizações ou grupos sociais que permeiam a dimensão humana do ambiente operacional; e, portanto, geralmente é tratada no estudo das considerações civis¹². A segunda é a propaganda como produto de APOP ou indivíduos a eles ligados, e que, portanto, é tratada dentro do escopo das possibilidades da ameaça.

Da perspectiva das considerações civis, vale, inicialmente, destacar como Brasil (2016) entende o conceito:

“Entende-se como “Considerações Civis” um conjunto de aspectos com capacidade de influenciar o Espaço de Batalha. Incluem atitudes e atividades da população, instituições e lideranças civis, opinião pública, meio ambiente, infraestrutura construída pelo homem, agências nacionais e internacionais, governamentais ou não. As populações das regiões envolvidas na execução das operações influenciam na forma como são conduzidas as ações militares e no seu resultado, ainda que de forma passiva e não intencional” (BRASIL,2016, p.7-3)

Uma vez que a opinião pública e a influência da população estão envolvidas no combate moderno, há de se presumir que a propaganda permeia, também, o Espaço de Batalha, e, portanto, deve ser considerada no estudo das considerações civis. Esse estudo, por sua vez, está em um processo que integra todo o exame de situação denominado Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações, cujo responsável é o Oficial de Inteligência (BRASIL,2006). Nesse aspecto, Brasil (2003), ao tratar da coordenação da atividade de inteligência no trabalho de estado-maior, afirma que o oficial de comunicação social e assuntos civis deve fornecer informações no campo psicossocial para que haja uma interação entre as duas atividades; até porque Inteligência e Comunicação Social são ambas Capacidades Relacionadas à Informação (BRASIL, 2016).

Já pela perspectiva da propaganda oriunda de forças adversas, o Manual de Contraineligência (BRASIL,2019), no capítulo que versa sobre segurança ativa, trata do assunto, quando aborda as medidas contra-ações psicológicas, o definindo como “grupo de medidas destinadas a detectar, identificar, avaliar, explorar e neutralizar a ação psicológica hostil, em especial a propaganda, que possa causar prejuízos e danos ao Exército Brasileiro” (BRASIL, 2019, p.4-8). Vale destacar, ainda no âmbito da DMT, que a contraineligência tem por finalidade “Impedir ou reduzir os efeitos das atividades de espionagem, sabotagem, desinformação, propaganda adversa e terrorismo contra as nossas forças (BRASIL, 2016, p. 4-1).

Brasil (2016), por sua vez, ao explicar o Exame de Situação de Contraineligência, elenca o levantamento da propaganda adversa em várias partes do

¹² Com a publicação do C 101-5, em 2003, novos conceitos foram incorporados à doutrina brasileira, como a inclusão das considerações civis no PITCI, que passou a ser chamado de Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis (PITCIC). Isso levou à publicação de Notas de Coordenação Doutrinárias, para que os Estudos de Situação fossem atualizados, antes da efetiva publicação dos novos manuais, que no caso do PITCIC ocorreu em 2016, com a 1ª edição do manual EB70-MC-10.307 Planejamento e Emprego da Inteligência Militar (SOUZA, 2019, p.71)

seu processo, bem como afirma que, no nível Unidade, o responsável por tal análise é o chefe da 2ª seção (BRASIL, 2016, p.4-3). Há de se entender, todavia, que no nível Unidade, a 2ª seção, por não dispor de pessoal e meios suficientes, não realiza segurança ativa (BRASIL,2019), apenas passiva; ou seja, não é atribuição do oficial de inteligência propor medidas contra-ações psicológicas, porém, há a previsão de realização de uma análise sumária da ação psicológica hostil, na qual se enquadra a propaganda adversa. Tal análise consiste em um exame da origem e do conteúdo de uma ação psicológica hostil, do público-alvo a que é dirigida, do veículo utilizado e do efeito alcançado (BRASIL, 2019, p.4-10).

O manual de contrainteligência traz à tona, também, o importante conceito de Desinformação, e o conceitua como “técnica especializada utilizada para iludir ou confundir um centro decisor, por meio da manipulação planejada de informações falsas ou verdadeiras, visando, intencionalmente, a induzi-lo a erro de avaliação” (BRASIL, 2019, p.4-2). Nesse sentido, é interessante notar que na literatura especializada hoje é possível encontrar uma constante interseção entre o conceito supracitado e a propaganda. Betancur (2004), em artigo chamado “*La delgada línea entre la información, la desinformación y la propaganda*”, mostra que, à época, velhas e novas técnicas de propaganda se mesclavam dentro das estratégias informativas do conflito armado colombiano, de forma que as técnicas de manipulação de então possuíam uma sutileza extraordinária, capaz de passar como “informação” a velha propaganda.

Diante do exposto, embora os manuais de Operações de Informação (BRASIL,2014) e de Operações Psicológicas (BRASIL, 2017) atribuam a especialistas a capacidade técnica especializada de analisar e contrapor a propaganda adversa de forma sistematizada, de forma geral, e sobretudo no nível Unidade, fica patente, segundo a DMT, que, sumariamente, a identificação e prevenção da propaganda adversa, bem como a emissão da escrituração ou emissão de orientações verbais sobre o tópico, é um ramo da contrainteligência, ou seja, da 2ª seção. Isso não descarta o caráter multidimensional e integrado do exame de situação, que faz necessário a o trabalho em equipe dessa seção não só com a Com Soc, mas também com outras atividades, em especial aquelas a cargo do oficial de operações (BRASIL,2003).

6.2 O estudo da propaganda adversa no Exame de Situação em Op GLO

O quadro de referencial teórico apresentado até o momento permite, ao se analisar todas as fases e etapas do Exame de Situação, verificar quais os momentos mais adequados para a realização do estudo da propaganda adversa.

Na primeira fase do Exame de Situação, Análise da Missão e Considerações preliminares, quando se busca o entendimento da intenção do escalão superior, o método

(BRASIL, 2016) prevê uma análise baseada nas considerações sumárias do inimigo e das considerações civis a cargo do S-2. Esse estudo tem como insumo os aspectos de inteligência listados nas ordens do escalão superior, que orientarão o levantamento dos elementos essenciais de inteligência (EEI) a serem buscados por elementos de reconhecimento da unidade. Nesse momento, no qual também se faz a delimitação das áreas de responsabilidade e de interesse, é apropriado que se verifique, inicialmente, o histórico de atividades de propaganda adversa na área da unidade, além da presença de grupos ou indivíduos cuja atividade de agitação possa influir no transcurso das operações, contribuindo assim para um melhor assessoramento ao comandante quando na emissão da sua Diretriz de Planejamento.

Já na 2ª fase- Situação e sua Compreensão- é feito um estudo mais aprofundado das considerações civis, balizado pelo acrônimo AECOPREC: Área, Estrutura, Capacidades, Organizações, População, Considerações Civis preliminares, refugiados e deslocados e Eventos (BRASIL, 2016). Nesse momento, o EM deve verificar os grupos, pessoas e organizações que influenciam ou tem capacidade de influenciar a população local, ou a opinião pública por meio da propaganda. Além disso, devem ser levantadas as capacidades que esses atores possuem para disseminar suas mensagens, as formas de linguagem e comunicação local, entre outros aspectos que ajudem a compor um quadro capaz de aumentar a consciência situacional dos comandantes, e da tropa, no que diz respeito à propaganda, que por ventura tenham como origem agentes civis presentes nas áreas de responsabilidade ou interesse. Nesse contexto, Xavier (2018) em trabalho que analisa as considerações civis no exame de situação demonstra que uma boa análise das considerações civis no Exame de Situação tem impacto direto na performance de tropas empregadas em Op GLO.

Ainda na 2ª fase, é feita a avaliação da ameaça (no caso das Op GLO dos APOP), que, por sua vez, compõe a 3ª fase do PITICIC. Nesse momento, que é dividido por duas etapas, especificamente na segunda- Análise dos fatores da Ordem de Batalha- estuda-se os fatores de análise da ameaça por meio do acrônimo DICOVAP: Dispositivo, Composição, Valor, Atividades importantes, recentes e atuais e Peculiaridades e deficiências. No que tange à propaganda como possibilidade de desestabilização da tropa por grupos adversos, o estudo é feito no subitem “Comunicação Social, Operações Psicológicas e Assuntos Civis” do item Peculiaridades e Deficiências”. Essa análise pode ser feita através do processo de análise sumária da propaganda hostil, que é representado pela sigla “OCAVE”: Origem, Conteúdo, Audiência-alvo (público-alvo), Veículo e Efeito pretendido ou obtido. Segundo o Manual de Contrainteligência, essa sigla representa os aspectos essenciais a conhecer sobre a ação psicológica hostil. Esse entendimento é ratificado pelo manual de Op GLO na medida em que destaca, no capítulo que versa sobre o planejamento das operações, a fase do estudo das capacidades das ameaça como oportunidade para se levantar informações atinentes às considerações civis, inteligência e

a análise da propaganda adversa e a capacidade de desinformação da ameaça (BRASIL, 2018, p.4-5).

A segunda fase ainda oferece o estudo dos Centros de Gravidade¹³(CG). As operações da natureza em estudo, geralmente possuem como um dos seus CG a opinião pública, o que reflete a importância das ações informacionais no ambiente operacional, sobretudo tendo como alvo militares no nível tático diretamente envolvidos com a população e que podem vir a ter sua liberdade de manobra prejudicada por ações de propaganda adversa.

Na 3ª fase- Possibilidades do inimigo, Linhas de Ação e Confronto- tendo em vista a influência crescente da dimensão humana e informacional nas Op GLO, faz-se necessário, incluir a possibilidade de propaganda adversa sobre as operações e na montagem das linhas de ação do inimigo, uma vez que, como já apresentado anteriormente, a ameaça, diante de um adversário militarmente superior, tem como esforço principal ações que possam repercutir propagandisticamente nas mídias sociais e tradicionais (Collings e Rohozinsk, 2009). Nesse sentido o Manual de Planejamento e Emprego da Inteligência Militar, no capítulo que trata da 4ª fase do PITICIC- Determinação das Possíveis Linhas de Ação de Ameaça- destaca:

“Em muitas operações, especialmente aquelas do tipo assimétrico, esta análise deve levar em consideração os menores escalões possíveis. Pode ser necessário avaliar propagandas, pichações e símbolos de gangues para determinar os objetivos e estado final desejados pela ameaça. Também devem ser considerados mais do que objetivos convencionais, como a conquista do terreno ou a destruição das nossas forças, como prováveis objetivos do inimigo. Objetivos políticos, sociais e econômicos podem ser tão importantes quanto objetivos militares, e podem ter uma influência direta nas linhas de ação do inimigo” (BRASIL, 2016, p.9-4).

Portanto, é interessante que na descrição das linhas de ação da ameaça (mais provável e mais perigosa), e no confronto das linhas de ação (jogo da guerra) a propaganda adversa visando limitar a liberdade de ação da tropa seja considerada. Nessa fase também, são consolidadas as Necessidades de Inteligência¹⁴ (BRASIL, 2016), que, do mesmo, modo, devem ter em vista os perigos e vulnerabilidades informacionais.

Já na 4ª fase- Comparação das Linhas de Ação-, o EM valora as linhas de acordo com os aspectos considerados prioritários para o cumprimento daquela missão, para em seguida submetê-las à apreciação do comandante. Do mesmo modo que nas fases anteriores, é oportuno, ao se levantar as vantagens e desvantagens de cada linha e no preenchimento da matriz de decisão¹⁵, considerar os efeitos da propaganda adversa sobre a tropa, e eventuais repercussões da desinformação sobre a opinião pública.

¹³ Os CG são componentes primários de força, poder e resistência física ou moral. Eles não só contribuem, eles são a força. Eles oferecem resistência[...]é são componentes específicos de concentração de forças que ao serem conquistados acarretarão a provável destruição, conduzindo o oponente à vitória final (BRASIL, 2016,3-33).

¹⁴ As NI se referem a um conjunto de aspectos com capacidade de influenciar o Espaço de Batalha. Incluem atitudes e atividades da população, instituições e lideranças civis, opinião pública, meio ambiente, infraestrutura construída pelo homem, agências nacionais e internacionais, governamentais ou não (BRASIL, 2016, p.2-13).

¹⁵ A matriz de decisão auxilia o EM a quantificar as L Aç complementando o apoio à decisão do Cmt. Empregando a Matriz de Decisão, o EM registra os resultados da comparação das linhas de ação. (BRASIL, 2016, p.5-6).

Finalmente, percorrido todo o processo, o comandante terá condições de realizar sua decisão- na 5ª fase- embasada no estudo da propaganda adversa realizado nas fases anteriores que se traduzirá na Ordem de Operações. O Manual Escolar: Trabalho de Estado-Maior atribui ao S-1 a elaboração do parágrafo 6º, Pessoal, Comunicação Social e Assuntos Civis, da Ordem de Operações (BRASIL, 2016, p.7-1). Este trabalho, porém, mostra que, no que tange à propaganda adversa, há muito pouco senão nenhum envolvimento do chefe da 1ª seção com o tema. Dessa forma ao se tratar da propaganda adversa da perspectiva das considerações civis, o mais indicado a escrever sobre seria o S-2. Tal entendimento é ratificado pelo Manual Batalhões de Infantaria, que diz que “no escalão Btl, a confecção do subparágrafo assuntos civis do parágrafo 6º da ordem de operações é de responsabilidade do S2” (BRASIL, 2007, p.10-76).

Portanto, estando por dentro do *modus operandi* da ameaça e de outros agentes no que diz respeito à disseminação de propaganda adversa e de seus efeitos sobre a tropa e a opinião pública, é interessante que o Comandante faça constar na Ordem de Operações as informações pertinentes à propaganda adversa que possam ter impactos sobre suas ações. Para tanto, como demonstrado, podem ser lançadas tanto no parágrafo primeiro, ao se tratar das capacidades da ameaça, como no parágrafo sexto, ao se abordar as considerações civis, bem como no Anexo de Inteligência.

A seguir será analisada a pesquisa feita com militares que participaram de Operações GLO e Operadores Psicológicos acerca de suas percepções sobre a importância do estudo da propaganda adversa no exame de situação, bem como os reflexos na prática com a tropa no terreno com base em experiências reais vividas pelos entrevistados.

7. RESULTADOS

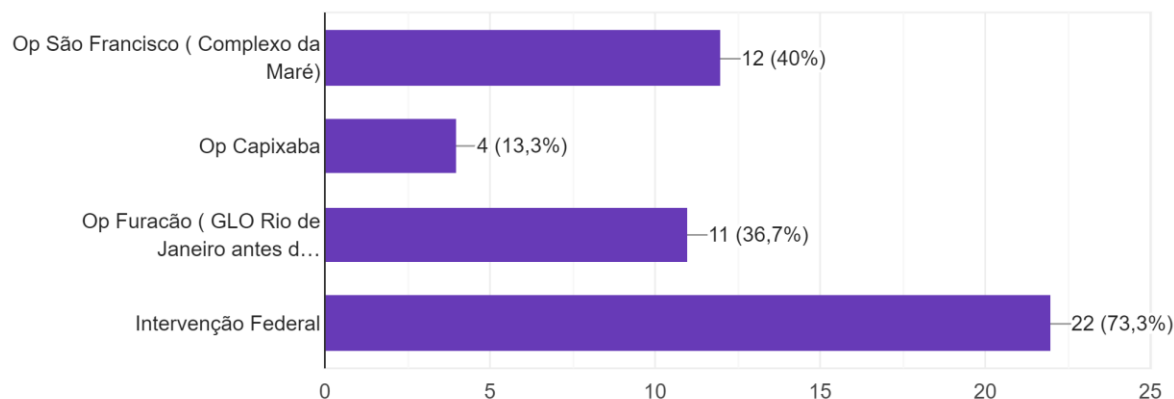
No período de 12 a 30 de junho, foi aplicada uma pesquisa com militares que participaram de Operações de Garantia da Lei e da Ordem nos últimos 3 anos, a fim de se ter uma melhor percepção sobre como a propaganda adversa é entendida por aqueles que envolveram-se diretamente nesse tipo de operação recentemente. Além disso, buscou-se avaliar se o estudo da propaganda adversa foi realizado durante o Exame de Situação e de que maneira essa análise pode ser aprimorada.

O universo da amostragem, de 30 pessoas, é composto por militares que desempenharam funções distintas entre si. Foram ouvidos especialistas em algumas das Capacidades Relacionadas à Informação e não especialistas. Essa variante proporcionou uma amplitude nas respostas e aumentou o escopo, sobretudo, das sugestões para se implementar um estudo da propaganda adversa mais eficiente, ou até mesmo melhorar a capacidade da tomada de decisão do comandante tático que estiver diretamente envolvido

em uma situação em que exija um raciocínio rápido, flexível e eficiente. Segue abaixo os detalhes da pesquisa.

Quais das operações abaixo o Sr participou?

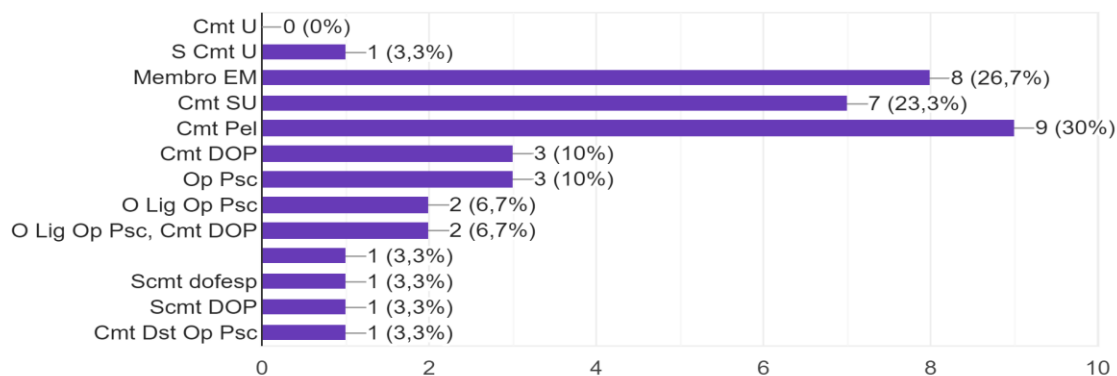
30 respostas



Dos 30 militares entrevistados, a maioria, 22 (73,3%), participou da Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro, operação essa que teve uma longa duração e abrangeu uma grande área, fornecendo experiências diversas para os envolvidos. 13 pessoas (43,3%) participaram de duas ou mais das operações listadas, o que demonstra o nível de experiência do universo ouvido.

Qual função o Sr desempenhou nessas operações?

30 respostas

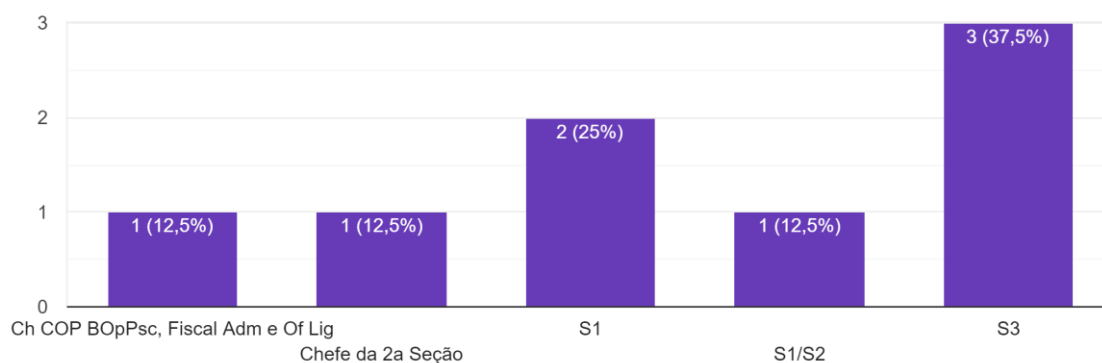


Pode-se verificar que do universo entrevistado, 14 militares participaram em funções específicas ligadas à área das operações Psicológicas, Forças Especiais, ou Precursores Paraquedistas. 1 entrevistado participou como especialista em Op Psc e como Fiscal Administrativo. Os outros 16 militares participaram em funções de comandantes nível pelotão, subunidade ou como integrantes do estado-maior de uma OM

convencional. 6 militares participaram em funções distintas, como por exemplo em uma vez como comandante de pelotão e outra como comandante de SU. Essa variedade na amostra permitiu a composição de uma visão mais abrangente, na medida em que parte da perspectiva de militares que vivenciaram situações distintas em cada operação.

Caso tenha sido membro do EM, escreva a função desempenhada.

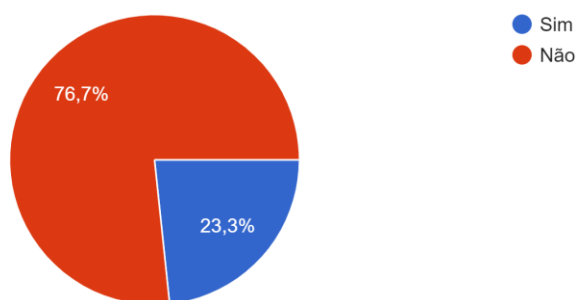
8 respostas



Dentro do universo da amostra, 8 militares participaram de alguma missão como membros de um estado-maior, sendo 3 na função de S3 e apenas 1 na função de S2, Conforme se verificou neste trabalho, o chefe da 2ª seção é o oficial com a atribuição de realizar o estudo da propaganda adversa durante o exame de situação.

De acordo com o Glossário das Forças Armadas, propaganda é a difusão de qualquer informação, ideia, doutrina ou apelo especial, visando a influenciar às propagandas adversas ou algo semelhante?

30 respostas

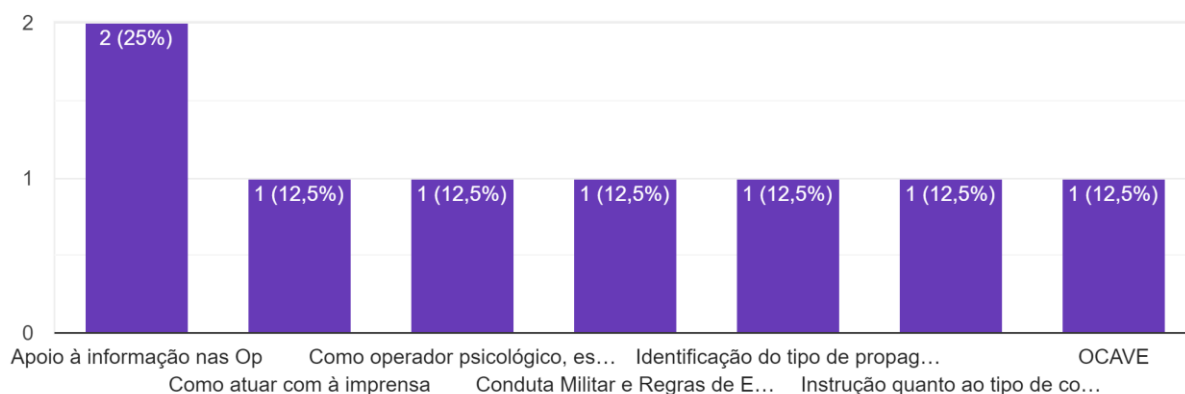


A pergunta acima era precedida de definição de propaganda segundo o Glossário das Forças Armadas seguida do seguinte questionamento: durante a preparação da tropa para as operações em que o Sr participou, foram ministradas instruções relativas às propagandas adversas ou algo semelhante? 76,7% responderam que não houve esse tipo de preparação, o que demonstra, que até entre militares especializados, não houve uma preparação específica

para o enfrentamento da propaganda adversa em um ambiente operacional no qual a dimensão informacional é cada vez mais explorada.

Caso tenham sido ministradas, quais foram as instruções?

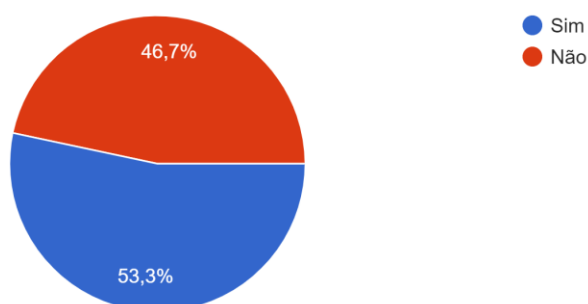
8 respostas



Aqueles que tiveram instruções específicas citaram as seguintes: Apoio à Informação nas operações; Instrução de rotina de um Destacamento de Operações Psicológicas antes de qualquer missão; Identificação dos tipos de propaganda; Análise da propaganda; Conduta Militar e regras de engajamento e Trato com a mídia.

Durante o planejamento para a missão, o estudo da propaganda adversa e/ou outros aspectos relacionados à Dimensão Informacional eram cons... no Exame de Situação ou Trabalho de Comando?

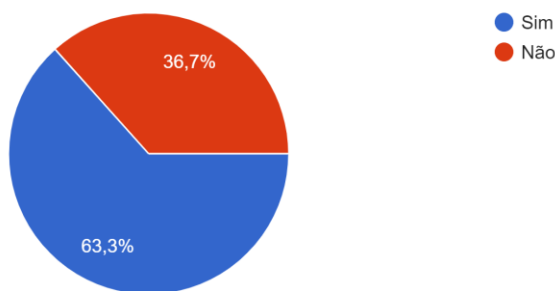
30 respostas



Apesar de não terem recebido instrução específica contra propaganda adversa como se verificou acima, nesta pergunta que aborda o estudo da propaganda adversa no exame de situação, mais da metade dos militares (53,3%) disseram que esses ou outros aspectos relacionados à Dimensão Informacional eram considerados no referido exame. Uma quantidade considerável, contudo, 46,7% não considerou a ameaça informacional no seu planejamento para as missões.

O Sr considera que sua formação profissional lhe deu subsídios suficientes para o estudo da propaganda adversa durante o Exame de Situação ou Trabalho de Comando?

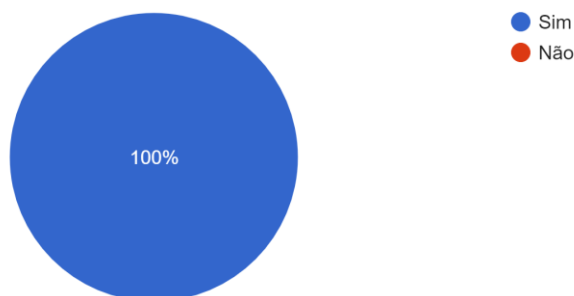
30 respostas



Na pergunta que tratava sobre a formação profissional como subsídio para o estudo da propaganda adversa, 63,3% disseram se sentirem capacitados para realizar essa análise durante o exame de situação. A pergunta seguinte, em aberta, que pede uma justifica para a resposta anterior, apresenta, entre aqueles que disseram estar capacitados, como resposta mais comum o curso de operações psicológicas ou algum estágio setorial relacionado às operações de informação. Já entre os que não se sentem capacitados, a resposta mais comum foi a falta de instrução específica durante a formação na Academia Militar das Agulhas Negras.

O Sr considera que o planejamento seria enriquecido caso houvesse uma preparação maior no que tange aos aspectos da Dimensão Informacional, sobretudo da propaganda adversa?

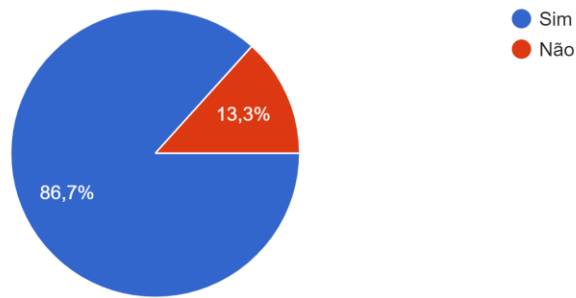
29 respostas



Quanto ao enriquecimento no planejamento caso houvesse uma preparação maior nos aspectos da Dimensão Informacional, com ênfase na propaganda adversa, a concordância com tal afirmação foi unanime.

O Sr deparou-se com situações no terreno em que um maior conhecimento acerca da propaganda adversa contribuiria para uma melhor tomada de decisão?

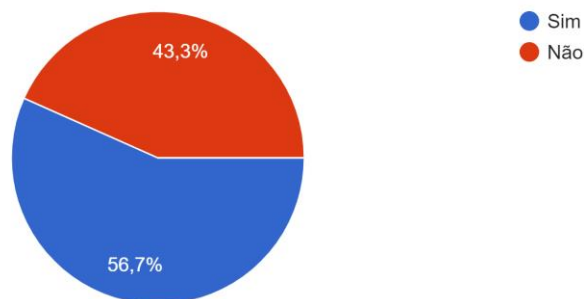
30 respostas



86,7% dos entrevistados já se depararam com situações em que um maior conhecimento acerca da propaganda adversa lhes dariam melhores condições de decidir. A resposta vai ao encontro da importância do tema das operações modernas, não só para o exame de situação, como também para o trabalho de comando e em situações diversas de incidentes no terreno.

O Sr se sente preparado para ministrar instruções para tropa sobre propaganda adversa?

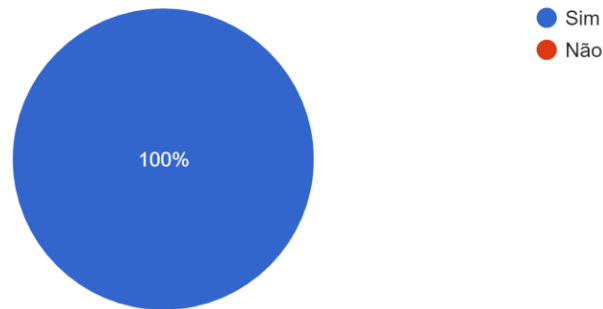
30 respostas



Quanto à capacidade de ministrar instruções sobre o tema para a tropa, pouco mais da metade se sente capacitada para tanto. Levando em consideração que da amostra total, 14 são de especialistas, que já receberam conhecimentos específicos nos seus cursos da área informacional, são muitos (56,7%) os não especialistas que não se sentem em condições de tratar do tema com a tropa.

O Sr acha que seria importante um estudo mais detalhado sobre a propaganda adversa durante o Exame de Situação nas Op GLO?

30 respostas



Por fim, 100% dos entrevistados afirmam ser importante um estudo mais detalhado sobre a propaganda adversa durante o Exame de Situação em Op GLO. Para tanto, entre as sugestões dadas, destacam-se: instruções de quadros nas OM; inclusão do assunto nos temas da EsAO e a instrução dos próprios especialistas para militares que estão se preparando para missões dessa natureza ou durante a própria missão se for possível.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar a importância do estudo da propaganda adversa durante o exame de situação do Comandante nível Unidade. Com essa orientação, buscou-se inicialmente, através da revisão da literatura, verificar como no combate moderno os meios de propaganda têm sido utilizados para moldar a opinião pública e impactar diretamente os resultados táticos nas áreas de operação. Foram vistos exemplos recentes em que a propaganda adversa bem utilizada, por um lado mais fraco, anulou, pelo menos temporariamente, a força oponente cuja capacidade militar era muito superior. Vale lembrar o exemplo do grupo Hezbollah, no Líbano, contra as Forças de Defesa de Israel (IDF) em 2006, onde apesar das vitórias na dimensão física, os militares israelenses saíram daquele país como se tivessem sido derrotados; bem como o caso do destacamento de forças especiais norte-americanas, que ficou sem ser empregado enquanto se apuravam as imagens de um vídeo, de origem insurgente, acusando-os de execução, quando na verdade, a operação fora exitosa.

Em seguida, foi apresentado o conceito de Operações de Garantia da Lei e da Ordem à luz da doutrina militar vigente e dos instrumentos legais que amparam a utilização do Exército Brasileiro nesse tipo de operação. Neste mesmo capítulo, levantou-se as complexidades desse tipo de operação, uma vez que o intrincado

número de atores envolvidos, o caráter difuso das ameaças e a sofisticação dos meios de comunicação dão às ações não cinéticas da dimensão informacional um papel de substantivo peso nas Op GLO.

No capítulo seguinte, tratou-se da propaganda propriamente dita. Sua origem, definição e histórico de aplicação nos conflitos armados e nas Op GLO. Pode-se notar que embora o uso das técnicas de propaganda na guerra seja antigo, o seu uso sistemático e profissional se deu a partir da Primeira Guerra Mundial. Desde então, foi presença marcante em todas as guerras ao longo do século XX e ainda o é. Na atualidade, com a chamada Era da Informação, e sobretudo nas Op GLO, onde os confrontos, quando ocorrem, são de baixa intensidade, a propaganda tem exercido um papel fundamental na disputa de narrativas, no apelo por legitimidade e na desconstrução do discurso do adversário. Dessa forma, a propaganda adversa busca moldar comportamentos limitando a liberdade de ação dos comandantes táticos, ou esperando o menor deslize para potencializar o erro por meios de suas técnicas informacionais.

Nesse sentido, é de suma importância considerar essa intenção hostil durante o exame de situação que antecede e até mesmo durante as Op GLO. Portanto, o sexto capítulo debruçou-se sobre o método de planejamento, e esmiuçou suas etapas a fim de verificar: i) quem é o oficial mais adequado para esse estudo ii) em quais momentos do planejamento a propaganda adversa deve ser considerada. Para o primeiro questionamento, conclui-se que no nível Unidade o S2 é o militar que possui essa atribuição. Cabe ressaltar que, devido as duas perspectivas pelas quais se podem analisar a propaganda adversa-originária de agentes civis e de forças adversas- o chefe da 2ª seção deve ser auxiliado por outros militares que compõem o Estado-Maior Especial, entre eles os oficiais de Comunicação Social, que possuem um rol de atribuições importantíssimos no campo das considerações civis, e o de Comunicações e Guerra Eletrônica, que os auxilia principalmente no entendimento dos meios de difusão das mensagens adversas. Já para o segundo questionamento, as 6 fases do exame de situação possuem algum momento destinado ao estudo dessa possibilidade adversa, entretanto é na 2ª e 3ª fase que a análise pormenorizada deve ser feita. Especificamente no estudo das Considerações Civis (AECOPREC) e do inimigo (DICOVAP) na 2ª fase; e nas possibilidades do inimigo na 3ª fase. O estudo deve girar em torno das atividades recentes e atuais do APOP no que diz respeito ao uso da propaganda adversa, a capacidade de disseminação desses atores, as formas de linguagem e outros aspectos que ajudem no incremento da consciência situacional dos comandantes e na respectiva transmissão dessas ideias para a tropa.

Por fim, para ratificar ou retificar as informações levantadas, aplicou-se uma pesquisa com militares que tiveram participação em Operações GLO de grande vulto nos últimos anos. Os resultados apontam para uma consciência geral no que diz respeito à importância do estudo da propaganda adversa no exame de situação. As iniciativas, porém, para institucionalizar e sistematizar tal procedimento, conforme verificado nas respostas, ainda são tímidas, e se restringem basicamente ao grupo de militares cuja na especialização tenha tido contato com técnicas, táticas ou procedimentos atinentes à dimensão informacional.

Dessa forma, devido ao ambiente operacional moderno, no qual as ações dos comandantes táticos de pequenos escalões têm, cada vez mais, causado impactos em decisões nos níveis estratégico e político, cresce de importância a difusão dos conhecimentos necessários para realização de um exame de situação que considere os aspectos da dimensão informacional, em especial os efeitos e consequências da propaganda adversa na guerra de narrativas que envolve o conflito como um todo possuem capacidade de determinar os resultados de uma ação cinética na dimensão física.

REFERÊNCIAS

ARMY UNIVERSITY PRESS. **MILITARY REVIEW**. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Military-Review/>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

BERRIO MENESES, Carlos Mario. **Únete a la causa: propaganda en conflicto armado en Colombia**. Anagramas rumbos sentidos comun. Medellín , v. 10, n. 20, p. 147-164, June 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25222012000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 mar. 2020.

BETANCUR, Juan Gonzalo La delgada línea entre la información, la desinformación y la propaganda. Reflexión Política [en línea]. 2004, 6(12), 80-93 ISSN: 0124-0781. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11061208>>. Acesso 20 mar. 2020.

BLYTHE, W. C. How We Win the Competition for Influence. **MILITARY REVIEW**, 2019. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2019/Blythe-Calhoun-Influence>>. Acesso em 14 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto de 6 de fevereiro de 2017** – Presidência da República. Autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14440impressao.htm>. Acesso em 20 jul. 2019

_____. **Decreto nº 9.382, de 25 de maio de 2018**- Presidência da República. Autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na desobstrução de vias públicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9382.htm>. Acesso em 20 jul. 2019.

_____, Exército Brasileiro. **Catálogo de Capacidades do Exército Brasileiro 2015-2035**. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/433>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____, Exército Brasileiro. COTER. EB70-MC-10.220: **Contraineligência**. 1 ed. Brasília, DF, 2019.

_____, Exército Brasileiro. COTER. EB70-MC-10.223: **Operações**. 5 ed. Brasília, DF, 2017.

_____, Exército Brasileiro. COTER. EB70-PP-11.012: **Programa-Padrão de Instrução Individual Qualificação do Cabo e Soldado – Instrução de Garantia da Lei da Ordem e Instrução Comuns**. 1. ed. Brasília, DF, 2013.

_____, Exército Brasileiro. DECEX **Manual de Ensino: O Trabalho de Estado-Maior** (EB60-ME-12.401), 1ª Edição, 2016.

_____, Exército Brasileiro. **Manual de Campanha C 101-5 - ESTADO-MAIOR E ORDENS - 1º e 2º Volumes**, 2ª Edição, 2003.

_____, Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 20-1 **Glossário de termos e expressões para uso no Exército** 4ª Edição, Brasília, 2009. (Exército, Estado-Maior).

_____, Exército Brasileiro. Manual de Campanha C 7-20 **Batalhões de Infantaria**. 4ª Edição (Revisada), Brasília, 2007. (Exército, Estado-Maior).

_____, Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB20-MC-10.211 **Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**, 1ª Edição, Brasília, 2020 (Estado-Maior, Exército Brasileiro).

_____, Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB20-MC-10.213 **Operações de Informação**, 1ª Edição, Brasília, 2014 (Estado-Maior, Exército Brasileiro).

_____. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB70-MC-10.230 **Operações Psicológicas**, 4ª Edição, Brasília, 2017. (Exército, Estado-Maior).

_____, Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB70-MC-10.307 **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar** 1ª Edição, Brasília, 2016. (Exército, Estado-Maior).

_____, Manual de Campanha EB70-MC-10.242 **Operação de Garantia da Lei e da Ordem**, 1ª Brasília, Edição, 2018 (Estado-Maior, Exército Brasileiro).

_____, Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos** EB20-MF-03.103, Comunicação Social, 2ª Edição, 2017 (Exército, Estado-Maior).

_____, Exército Brasileiro. **Programa-Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional** (EB70-PP-11.014), Brasília 2ª Edição, 2017 (Exército, COTER).

_____, Exército Brasileiro. Relatórios Periódicos de Operações Psicológicas do 1º Batalhão de Operações Psicológicas, Goiânia, 2018, Exército.

_____, Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem** - MD33-M-10 (2ª Edição/2014). Brasília, DF, 2013. Ministério da Defesa. 2. Ed. Brasília, DF, 2014.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda**. Graphia, 2003a.

COLLINGS, D; ROHOZINSKI, R. **Bullets and Blogs: New Media and the Warfighter.** Army War College, 2009. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a508195.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

CORREA, Mary Jaramillo. Desinformación y propaganda: estrategias de gestión de la comunicación en el conflicto armado colombiano. **Reflexión política**, v. 8, n. 15, p. 94-106, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11001508>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CRAVEIRO, Beatriz Leal. **Propaganda e Inteligência como ferramentas de Política Externa no Século XXI.** UnB, 2011. Disponível em <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2003/1/2011_BeatrizLealCraveiro.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

DEFENSE TECHNICAL INFORMATION CENTER. Disponível em: <<https://discover.dtic.mil/>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

FLOR, Leonardo J. **Harnessing Information Operations' Potential Energy. Military Review.** 2010. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20100630_art009.pdf>. Acesso em 9 jun. de 2019.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

LINS JÚNIOR, Ronaldo Sérgio de Vasconcelos. **A propaganda e a contrapropaganda na proteção do Sistema Exército.** 2015. 62 f. TCCP (Especialização em Ciências Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.

MENDES, Luiz Henrique Pedroza. A nova concepção operacional do Exército. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 4, n. 9, p. 29, 2016.

MURPHY, Dennis M; WHITE, Jamesf. **Propaganda: Can a Word Decide a War?** Army War College. 2007. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a486008.pdf>>. Acesso em: 5 de março de 2020.

PEREIRA, José Eduardo Natale de Paula. **O emprego de operações de coordenação civil-militar pela subunidade destacada como multiplicador do poder de combate em operações de paz.** 2018. Dissertação (Mestrado em ciências militares) - EsAO, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/3255>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela et al. Metodologia da pesquisa: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em ciências militares. **EsAO. Rio de Janeiro**, p. 230, 2005.

ROSA, Arones Lima da. **As condições de admissibilidade no emprego da força terrestre em operações de garantia da lei e da ordem.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do

Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/3071>>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Edipro, 2017.

SCRIVER, Stacey. **War Propaganda**. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, 2nd edition, Vol 25. Oxford: Elsevier. pp. 395–400. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Stacey_Scriver/publication/304184774_War_Propaganda/links/5c9357f6a6fdccd4602ead29/War-Propaganda.pdf>. Acesso em 15 mar. 2020.

SOUZA, Daniel Falcão Xavier de. **Comparação entre o Exame de Situação do Comandante do Exército Brasileiro e o Military Decision Making Process do Exército dos EUA**. 2019. TCC - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6183>>. Acesso em: 10 mar. De 2020.

TAYLOR, Philip M. **Munitions of the mind: A history of propaganda from the ancient world to the present era**. 3. ed 2013.

TAYLOR, Philip M. **War and the media: Propaganda and persuasion in the Gulf War**. Manchester University Press, 2 ed.1998.

TOMLIN, Gregory M. "The Last Three Feet," Reinvesting in Tactical Information Operations. **MILITARY REVIEW**, 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2018-OLE/Aug/Last-Three>>. Acesso em 14 abr. 2020.

UPCHURCH, James D. **The Comander and the Media: a leadership challenge**. Air Command And Staff College Air University Maxwell Air Force Base, Alabama, 2009. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a539775.pdf>>. Acesso em: 16 jun. de 2019.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na era da informação**. Editora Contexto, 2018.

WALKER, Marcio Saldanha. **A integração das Capacidades Relacionadas à Informação nas Operações de Informação de Estado-Maior Conjunto**. Tese (Tese em Ciências Militares) ECEME, p.28, 2017.

WINTER, Charlie. **Daesh Propaganda, Before and After its Collapse**. NATO STRATCOM COE. Riga, Jun 2019. Disponível em: <<https://www.stratcomcoe.org/daesh-propaganda-and-after-its-collapse>>. Acesso em 15 mar.2020.

WOLOSZYN, André Luís. Ameaças e desafios à segurança humana no século XXI: de gangues, narcotráfico, bioterrorismo e ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. **Rio de Janeiro: Bibliex**, 2013.

ANEXO A: Soluções Práticas

Esta pesquisa teve como escopo avaliar a importância do estudo da propaganda adversa durante o exame de situação do Comandante nível Unidade no âmbito das Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Fazendo uma análise do ambiente operacional moderno, e das recentes operações de GLO de que o Exército participou, verificou-se que as operações de informação estão cada vez mais presentes nesse cenário, e têm impactado de forma substancial o desempenho da tropa no terreno. No bojo das Op Info, a propaganda adversa representa um grande esforço no intuito de moldar narrativas a fim de manter o seu controle, e limitar a liberdade de ação das forças desdobradas.

Nesse sentido, este trabalho propõe como soluções práticas:

- A elaboração de um Caderno de Instrução, voltado para a tropa, no qual se aborde os efeitos da propaganda adversa, seus agentes disseminadores e como se proteger contra tais ameaças no contexto de um Op GLO.

- A inserção, nos currículos das escolas de formação e aperfeiçoamento, do tema de forma mais esmiuçado. Incluindo a resolução de temas e estudos de caso, a fim de que a dimensão informacional seja cada vez mais considerada no planejamento em todos os escalões até o nível Unidade, já que hoje o foco é predominantemente na dimensão física.

- Estágios Setoriais de Área ministrados por especialistas em Operações de Informação para oficiais dos corpos de tropa que estejam na sua preparação para Op GLO. Os eventos teriam o intuito de ampliar o leque de conhecimento desses militares para que a propaganda adversa seja não só considerada durante o exame de situação, como estudada de forma plena e com melhores resultados para o planejamento da Unidade.